



OBSERVATÓRIO
PORTUGUÊS
DE BOAS PRÁTICAS
LABORAIS

PORTUGUESE
OBSERVATORY
OF GOOD LABOR
PRACTICES

Cadernos Eletrónicos OPBPL

OPBPL e-Working Papers (ISSN 2182-8393)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL

Objetivos

Os Cadernos Eletrónicos do OPBPL visam tornar acessível e rapidamente legível informação essencial e boas práticas em matéria de organização do trabalho, negociação coletiva, gestão de recursos humanos, relações laborais, responsabilidade social empresarial, inclusão e sustentabilidade, e estatísticas sobre o mercado de trabalho.

Comissão Editorial

Professor Doutor Paulo Pereira de Almeida*, OPBPL-CIES-ISCTE-IUL* Coordenador

Professor Dr. Afonso Pires Diz, Conselho Coordenador USI

Professor Dr. Álvaro Carneiro, OPBPL-ISCTE-IUL

Professora Dra. Ana Rijo da Silva, RH Magazine

Professora Mestre Cláudia Torres, OPBPL-CIES-ISCTE-IUL

Professora Doutora Cristina Parente, Universidade do Porto

Professor Dr. Pedro Rebelo de Sousa, Instituto Português de Corporate Governance

Professora Doutora Sofia Santos, CSK-ISCTE-IUL



Empreendedorismo Social e Autoemprego

Empreendedorismo Social e Autoemprego

Autoria: A3S - Associação para o Empreendedorismo Social e a Sustentabilidade do Terceiro Sector

Resumo

Os temas do empreendedorismo social e do autoemprego são hoje centrais nos discursos e orientações políticas, bem como na abordagem científica, mas a sua emergência remonta a períodos históricos anteriores. O caso português é ilustrativo deste tipo de orientações e agenda nos últimos anos. Neste artigo do caderno eletrónico do OPBPL procura-se apresentar a reflexão e o posicionamento da A3S com base na atividade que tem desenvolvido ao longo dos seus 4 anos de existência no seio do terceiro sector. Abordam-se as correntes de empreendedorismo social atualmente em debate e problematizam-se as soluções de autoemprego, enquanto respostas aos problemas do desemprego estrutural, da precarização das relações laborais e da intensificação da exclusão social nos últimos 30 anos.

1 | Empreendedorismo Social e Autoemprego

Redigir sobre o empreendedorismo social e sobre o autoemprego é uma oportunidade de reafirmar a missão da A3S, partilhando reflexões amadurecidas ao longo de 4 anos: promover o terceiro sector, os seus princípios e a sua identidade, contribuindo para afirmá-lo como ator de regulação social influente na efetivação de modelos de desenvolvimento sustentáveis.

Após o seu surgimento no século XIX, com o desenvolvimento de formas de organização económicas e sociais alternativas à hegemonia dos ideais liberais e da economia de mercado, o terceiro sector sofreu de um longo período de invisibilidade, reemergindo nas últimas décadas do século XX. A esta reemergência estão associados, entre outros fenómenos, os que têm vindo a ser designados por empreendedorismo social ou economia solidária, que constituem novas gerações de organizações e novas leituras dos princípios do terceiro sector. O atual reconhecimento deste sector nas agendas políticas internacional e nacional constitui uma oportunidade de colocar a democracia, a autonomia, a primazia das pessoas face ao lucro e o trabalho associado e cooperativo nas tomadas de decisões de regulação global. Entendemos ser uma oportunidade de reforçar o papel do terceiro sector, a par do Estado e do Mercado.

O apelo ao empreendedorismo e ao autoemprego, no contexto da presente crise internacional, enraíza-se no crescimento económico lento e instável que assolou as diferentes economias ocidentais a partir de 1979. A consciência das tendências de desemprego estrutural, de precarização das relações de emprego e de intensificação da pobreza e da exclusão social, assumiu à época, tal como hoje, uma grande centralidade. Os dois temas em análise refletem duas vias de resposta a este problema.

O autoemprego reporta-se fundamentalmente a uma resposta das políticas públicas que cria programas e medidas de fomento à criação do próprio emprego, novamente sob a égide do neoliberalismo, após os *30 gloriosos anos*. Os Estados implementam mecanismos de regulação dos mercados de trabalho - viabilizando em parte a flexibilização das relações laborais reivindicada pelas empresas - e propõem alternativas que acentuam a individualização da responsabilidade da transição e

reintegração dos sujeitos no mercado de trabalho. Simultaneamente, o Estado recua nos regimes de proteção social, nomeadamente nas situações de desemprego.

A problemática do empreendedorismo social surge igualmente neste contexto. Das escolas anglo-saxónicas, realça-se a adaptação da conceção do empreendedorismo “clássico”, oriundo das disciplinas da economia e da gestão, à oportunidade de resolução de problemas sociais. Enfatizam a dimensão individual do empreendedor e o seu perfil de líder de negócio, cuja característica distintiva é ter uma missão social. Assim, alguns estudiosos e práticos encaram a responsabilidade social das empresas como uma prática de empreendedorismo social. A esta conceção não é alheia a necessidade das empresas se afirmarem, não mais como meros atores económicos com objetivos lucrativos mas como atores sociais promotores de um paradigma de desenvolvimento sustentável.

Na América Latina, particularmente no Brasil, fala-se em empreendimentos económicos solidários com origem em movimentos populares de base cooperativa e comunitária. Recusando a perspetiva anglo-saxónica, defendem um projeto de sociedade alternativo ao modelo capitalista imperante.

No contexto europeu, trata-se de soluções da iniciativa da sociedade civil organizada coletivamente, que resultaram nas designadas empresas sociais em diversos países. Nascidas nomeadamente da iniciativa de pessoas excluídas do mercado de trabalho: licenciados (professores, assistentes sociais, etc.), operários desempregados pelos efeitos das reestruturações e deslocalizações industriais e jovens sem qualificação e risco de marginalização. Tendo em muitos casos objetivos de inserção no mercado de trabalho, estas iniciativas assumem também outros objetivos sociais ou ambientais, bem como objetivos de sustentabilidade económica, reinterpretando os princípios do terceiro sector. Efetivamente, num primeiro momento, constituíram-se igualmente como uma voz crítica ao próprio terceiro sector tradicional, alvo de instrumentalização e, por vezes, de um grande isomorfismo quer do Estado, quer do Mercado, o que se traduz numa perda da sua matriz de valores original.

Assim, no momento em que os Estados ocidentais propunham respostas atomizadas de soluções de auto emprego, o alargamento da classe média qualificada, com falta de instâncias de expressão política e económica, encontra no terceiro sector um espaço de auto-organização coletiva e de resposta a situações de desemprego e exclusão social.

Em Portugal, a expressão empreendedorismo social é muito recente. Em 2001 um estudo indicava o desconhecimento do conceito de empresas sociais¹ e em 2007 é realizado o primeiro congresso dedicado ao empreendedorismo social². Contudo, a sua utilização está hoje disseminada nos discursos políticos, empresariais, académicos e dos *media*. Assim, importa questionar: *a que se refere esta expressão?*

Os primeiros resultados de uma investigação realizada em parceria pela A3S, ISFLUP - Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa³ começam a demonstrar que as organizações de cúpula sectoriais e representativas do terceiro sector e outras organizações que o têm promovido e colocado na agenda da discussão pública, apresentam representações ambíguas e ambivalentes acerca do empreendedorismo social. Se nas primeiras a tendência coletivista europeia é mais marcada, nas segundas haverá aproximação ao perfil mais individualista da escola anglo-saxónica. Todavia, é cedo para afirmações cientificamente testadas, as quais só estarão disponíveis no final de 2011.

Sem recusar lugar às soluções individuais, como o auto emprego ou o micro empreendedorismo, ou a outras visões do empreendedorismo social, a A3S defende claramente uma perspetiva alinhada com a proposta europeia cruzada com a abordagem latino-americana do trabalho associado. Trata-se de resistir à hegemonia dos ideais liberais e atomizadores, e de defender não apenas a preservação, mas também a incorporação da matriz de valores do terceiro sector no centro da regulação global, a saber: democracia, confiança, transparência, autonomia, justiça social e cooperação.

A A3S, para alguns dos seus associados, constituiu uma aposta na criação de trabalho em condições dignas, quer no que diz respeito aos modelos de gestão organizacional, quer das relações de trabalho. Para outros, configura-se como uma modalidade de exercício de voluntariado. Para todos os associados, é um espaço qualificado e qualificante de exercício da cidadania e de intervenção responsável.

¹ Fonte: http://www.emes.net/fileadmin/emes/PDF_files/ELEXIES/ELEXIES_WP_02-09_P.pdf. Accessed in 14.04.2011.

² Fonte: <http://www.congressodoes.com/ies.html>. Acedido em 14.04.2011.

³ Projecto intitulado *Empreendedorismo Social em Portugal: as políticas, as organizações e as práticas de educação/formação*, co-financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia via COMPETE (PTDC/CS-SOC/100186/2008).

2 | Referências para aprofundamento

SITE: <http://opbpl.cies.iscte.pt> ; www.a-3s.org

BOOKS:

Dees, G. (2008). Origin and Future of Social Entrepreneurship. MIT Press Journals.

Defourny, J. & C. Borzaga, C. (Eds.) (2001) , The Emergence of Social Enterprise. London: Routledge.

Defourny, J.; Favreau, L.; Laville, J-L. (dir.) (1998), Insertion et nouvelle économie sociale, Éditions Desclée de Brouwer, Paris.

Estivill, J., Bernier, A. Y Valadou, CH. (1997), Las Empresas Sociales en Europa, Comisión Europea DG V, Hacer Editorial, Barcelona.

Evers, A.& Laville, J.(Eds.) (2004), The Third Sector in Europe. Cheltenham: Edward Elgar.

Gaiger, L. I.& Corrêa, A. S. (2011) – “O diferencial do empreendedorismo solidários”, Revista Ciências Sociais Unisinos, vol. 47, nº1, 34-43.

Singer, P. (2002). Introdução á Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.



carbon
neutral

Environmental Policy | *Política Ambiental*

The Electronic Papers published by the Portuguese Observatory for Good Labour Practices (OPBPL) are CO2 free; all the OPBPL labour practices respect the environment and go towards sustainability

Os Cadernos Eletrónicos publicados pelo Observatório Português de Boas Práticas Laborais (OPBPL) são livres de CO2; todas as práticas laborais do OPBPL respeitam o ambiente e orientam-se para a sustentabilidade



| www.off7.pt